



Número: **0800983-60.2017.8.15.0071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Cejusc I - Cível - Areia -TJPB**

Última distribuição : **29/06/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEVERINO PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8490293	29/06/2017 13:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8490307	29/06/2017 13:02	<a href="#">Petição Inicial - Severino</a>	Outros Documentos
8490313	29/06/2017 13:02	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
8490317	29/06/2017 13:02	<a href="#">Doc. Pessoais e Comp. de Residência</a>	Outros Documentos
8490320	29/06/2017 13:02	<a href="#">BO, DUT e Negativa Administrativa</a>	Outros Documentos
8490324	29/06/2017 13:02	<a href="#">Doc. Médica</a>	Outros Documentos
21259758	17/05/2019 14:38	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25455010	21/10/2019 01:40	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
25455011	21/10/2019 01:40	<a href="#">Carta</a>	Carta

Petição Inicial em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE AREIA-PB.**

**SEVERINO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG de nº 2011995, e CPF de nº 029.039.044-30, residente e domiciliado na Loc Usina Santa Maria, nº S/N, Zona Rural na cidade de Areia/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.201, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

**PRELIMINARMENTE**

**DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara em sua consciência que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.



## **DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.

## **DOS FATOS**

No dia 04.12.2016, a parte autora estava transitando do distrito de Santa Maria, onde reside, com destino a cidade de Areia/PB, em seu veículo marca/modelo: Honda NXR150 BROS ES, ano/modelo: 2012/2012, placa: NQD 0873/PB, cor vermelha, Chassi de nº 9C2KD0550CR567042, quando em uma curva, um cachorro atravessou a pista e o noticiante acabou colidindo com o animal e caindo da motocicleta, vindo a cair ao solo sofrendo ferimentos graves como: **TRAUMA EM JOELHO DIREITO**, o que sem dúvidas resultou no comprometimento total do membro, sendo em seguida socorrida por uma pessoa conhecida por VAL e levado ao Hospital de Areia e sem seguida encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB onde o mesmo submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

## **DA NEGATÓRIA NA VIA ADMINISTRATIVA**

M.M, Julgador, a parte autora solicitou administrativamente o pagamento do seguro DPVAT, apresentando para tanto todos os documentos pertinentes. Entretanto, para sua surpresa, **TEVE O BENEFÍCIO NEGADO AO ARGUMENTO DE QUE NÃO HOUVE LESÃO A INDENIZAR**.

Ora, Excelência, a autora sofreu diversas lesões físicas, as quais deixaram seqüelas permanentes, fazendo jus, portanto, ao recebimento do seguro ora pleiteado, não devendo prosperar a negativa administrativa.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo autor e da negativa administrativa, este busca a tutela jurisdicional do Estado com o intuito de receber o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre da seguradora Requerida, uma vez ser esta, integrante do grupo de seguradoras que operam o seguro DPVAT instituído pela Resolução 1/75 do Consórcio Nacional de Seguros Privados (CNPS).



O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

***I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;***

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.***

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

***Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***



Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).***

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

#### **DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida a indenizar o promovente ao pagamento da



indenização em epígrafe, **fundada no valor Máximo 13.500,00 (treze mil e quinhentos) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- **com fundamento no Art. 246, I do Novo Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter cópia do processo administrativo, pois seguem e anexo cópias das documentações;

08 – **Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;**

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando MEDICO PERITO desta localidade, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$13.500(treze mil e quinhentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.



Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

**Campina Grande - PB, em 28 de Junho 2017.**

**Inácio Bruno Sarmiento**  
**-Advogado-**  
**OAB/PB 21.472**





## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (     ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: Antônio Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,  
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.  
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274  
E-mail: [inaciobrunoadv@gmail.com](mailto:inaciobrunoadv@gmail.com)



**PROCURAÇÃO AD. JUDICIAL E EXTRA JUDICIAL**

**OUTORGANTE:** Severino Pereira da Silva, brasileiro (a),  
solteiro, agente portador da Cédula de Identidade nº:  
2011995, inscrito no CPF nº: 029/039/044/30, residente e domiciliado  
na Rua Loc. Usina Santa Maria, Nº SIN, Bairro, Zona Rural,  
na Cidade de Aracá /PB.

**OUTORGADO:** INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito  
na OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: João Sérgio de  
Almeida, nº 800 - B, Severino Cabral - Bodocongó, na Cidade de Campina  
Grande/PB, 3334-1289/99988-5048/98769-2274.

**PODERES:** Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos  
do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta  
Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou  
reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo  
reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação,  
confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como  
substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier,  
praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato,  
ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do  
Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art.  
5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos  
Advogados do Brasil).

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS**

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre  
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial  
sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 22 de junho de 2017.

Severino Pereira da Silva  
Outorgante/Declarante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
SEVERINO PEREIRA DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
2011955 SSP PB

CPI  
029.039.044-30

DATA NASCIMENTO  
25/11/1975

RELAÇÃO  
JOAO PEREIRA DA SILVA  
IRENE SIPRIANO DA SILVA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. 1  
AD

Nº REGISTRO  
01616938602

VALIDADE  
07/06/2021

1ª HABILITAÇÃO  
25/01/2001

Observações

Severino Pereira da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
CAMPINA GRANDE, PB

DATA EMISSÃO  
15/06/2016

43580656868  
PB032480555

PROIBIDO PLASTIFICAR

1275641795



MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA  
LOC USINA SANTA MARIA, S/N - AREA RURAL  
ARAI/PE CEP 56397000 (AG 71)

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Classe/Subclasse RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFASICO Br 200, km 25 - Cinto Redentor - Juazeiro do Norte/PB - CEP 58071-880  
Roteiro 13 - 72 - 225 - 1370 Referência Dez / 2016 CNPJ 02.006.183/0001-40 - Insc Est 16.915.623-0  
Nº medidor 00009411338 Emissão 22/12/2016 Nota Fiscal nº Contador de Energia Elétrica 19000 094.277  
Código para Débito Automático: 00015404213

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1540421-3**

Canal de contato

Dez / 2016

Apresentação

22/12/2016

Data prevista da  
próxima leitura

20/01/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

4532051438  
Insc. Est

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
23/11/16	4514	22/12/16	4591	29

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	77	0,30818	23,73
Adic. E. Ambros			1,27
Subsidio			10,17
PIS			0,36
COFINS			1,69
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
JUROS DE MORA 10/2016			0,19
JUROS DE MORA 11/2016			0,13
MULTA 10/2016			0,62
MULTA 11/2016			0,64
Devolução Subsidio			-10,17

Histórico de Consumo  
(kWh)

Nov/16	83
Out/16	79
Set/16	71
Ago/16	84
Jul/16	79
Jun/16	66
Maio/16	72
Abr/16	70
Mar/16	68
Fev/16	61
Jan/16	79
Dez/16	81

Média dos últimos meses  
76

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	36,21	1,0102	0,36
COFINS	36,21	4,6429	1,69

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

29/12/2016

R\$ 27,42

2630.3f9c.d541.ed06.a357.395d.c507.b469

Indicadores de Qualidade 10/2016 - Área

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DC MENSAL	12,35	1,78	Serviços de Dist. da Energia PE	9,12	33,28
DC TRIMESTRAL	24,71		Compra de Energia	10,67	38,91
DC ANUAL	48,42		Serviço de Transmissão	0,83	2,30
FC MENSAL	7,89	1,00	Encargos Setoriais	3,58	13,06
FC TRIMESTRAL	15,79		Impostos Diretos e Encargos	3,42	12,47
FC ANUAL	31,58		Outros Serviços	0,00	0,00
OMC	6,79	1,76			
DCRI	18,60				
Total				27,42	100,00

Valor do EUSD (Ref. 10/2016) R\$ 12,82

ATENÇÃO

Subvenção DEC 7 89/1/13 R\$ 10,17  
Isento ICMS



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 29/06/2017 13:01:36

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17062913005414000000008313059

Número do documento: 17062913005414000000008313059





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO E DA SEGURANÇA SOCIAL  
12ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE AREIA  
RUA AURÉLIO DE FIGUEIREDO, 1030 - JUSSARA - AREIA/PB - 583970-00

OCORRÊNCIA Nº.: 613/2017

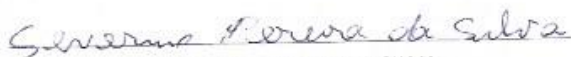
**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**


CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrência Policial deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº. 613 registrada em 03/01/2017, que a passo a transcrever na íntegra: Aos 03/01/2017, nesta cidade de Areia, Estado da Paraíba, no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE AREIA-PB, quando encontrava-se presente o(a) Bel(a) SYMONE ROSEMBERG LACET, Delegado(a) de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 11:24:05 horas, compareceu o Sr(a) SEVERINO PEREIRA DA SILVA, nascido(a) em 25/11/1975, filho(a) de JOÃO PEREIRA DA SILVA e IRENE SIPRIANO DA SILVA, nacionalidade BRASILEIRO(A), natural de AREIA/PB, SOLTEIRO(A), escolaridade MÉDIO COMPLETO, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade nº. 2.011.995, expedido pela SSP-PB, com CPF 029.039.044-30, residente a(ao) DISTRITO DA USINA SANTA MARIA, na cidade de AREIA-PB, telefone 83996031372.

**Declarou que:**

*QUE na data de 04/12/2016, por volta das 17h, estava transitando do distrito de Santa Maria, onde reside, com destino a esta cidade de Areia/PB, em seu veículo MARCA/MODELO: HONDA NXR150 BROS ES, ANO/MODELO: 2012/2012, PLACA: NQD0873/PB, COR: VERMELHA, CHASSI: 9C2KD0550CR567042 e RENAVAM: 00458131628, quando, em uma curva, um cachorro atravessou a pista e o noticiante acabou colidindo com o animal e caindo da motocicleta; QUE ficou caído ao solo e foi socorrido por pela pessoa conhecida por VAL; QUE foi trazido para o hospital municipal desta cidade e posteriormente encaminhado para o Hospital de Trauma da cidade de Campina Grande/PB; QUE devido ao acidente, teve seu joelho e pé direitos machucados; QUE ainda não recuperou os movimentos da perna e se utiliza de muletas.. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de ter lido e achado conforme, expresse a presente Certidão. O referido é verdade e dou fé.*

**AREIA/PB, 3 de janeiro de 2017**

  
SEVERINO PEREIRA DA SILVA  
Declarante

  
ANTONIO JACINTO DE SOUSA JUNIOR - AD HOC  
Escrivão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

JOSE SÍPRIANO DA SILVA

DETRAN - PB  
Nº 012297549662  
A CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
RUA - 0045813162-8 30/30000000 2016

07282835497

NQD0873/PB

PLACA ANT./UF  
NOVO PB 9C2KD0550CR567042

PAS/MOTOCICLE/NAO APPLIC AICO/GASOL

HONDA/NXR150 EROS ES

2 P/149 /CI PARTIC CATEGORIA VERMELHA

00/00/0000 1º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00/00/0000 1º

REST. BEN. TRIBUTARIO

AREIA-PB LOCAL

33294 DATA 23/03/2015



SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012297549662 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2016

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA TODAS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO 73/PB  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodotransito.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

07282835497 DATA EMISSÃO 23/03/2016

00458131628 HONDA/NXR150 BROS ES

2012 9C2KD0550CR567042

PRÊMIO TARIFÁRIO

\*\*\*\*\*

SEGURO

PAGAMENTO

23/03/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 08.246.688/0001-04


www.seguradoralider.com.br

36269-0949484-20160323

**ACESSIBILIDADE**




**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**




- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documento Morte
- Dicas Indispensáveis

**PAGUE SEGURO**



- Como Pagar
- Consulta a Pagamentos Efetuados
- Informações Gerais

**ACOMPANHE O PROCESSO**



Clique aqui para saber sobre o

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

#### SINISTRO 3170097501 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** SEVERINO PEREIRA DA SILVA  
**COBERTURA** Invalidez  
**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624  
**BENEFICIÁRIO** SEVERINO PEREIRA DA SILVA  
**CPF/CNPJ:** 02903904430

**Posição em 29-06-2017 11:40:45**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.








Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 29/06/2017 13:01:38

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1706291301138240000008313066

Número do documento: 1706291301138240000008313066

Num. 8490324 - Pág. 1

<b>GOVERNO DA PARAIBA</b> SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		<b>EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS</b>	
<b>SUS</b> FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL		de uma lesão, um punho e dor em joelho direito.	
UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO Código da Unidade: 00023671			
Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES			
Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS			
Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25			
DADOS DO PACIENTE			
Nome: SEVERINO PEREIRA DA SILVA	Sexo: MASCULINO		
Profissão: AGRICULTOR	Documento: 2011545		
End.: ST SANTA MARIA, AREIA	Bairro: Z RR		
Município: ST SANTA MARIA, AREIA	Estado: PB		
Data Atendimento: 04/12/2016 21:01h	Código do Município: 250110		
Cartão do SUS: 04/12/2016 21:01h	QUEIXAS, ACIDENTE DE TRÁFICO		
MECANISMOS DO TRAUMA			
LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)			
			
19. Fratura óssea fechada 20. Fratura óssea aberta 21. Hematoma 22. Injúria de pele 23. Laceração 24. Lesão tendínea 25. Luxação 26. Mordedura 27. Movimento torácico paradoxal 28. Objeto encravado 29. Otorragia 30. Paralisia 31. Parestesia 32. Parestesia 33. Queimadura 34. Rinite 35. Sinais de isquemia 36.			
OBS:			
QUEIMADURA: Superfície corporal lesada = _____ %		Grau: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau	
DIAGNÓSTICO / CID:		Femur extra no joelho	
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO		Dr. Luiz Gonzaga Fernandes CRM 111255	
EXAMES SOLICITADOS: ( ) Laboratoriais ( ) Gasometria arterial ( ) Tomografia Computadorizada ( ) Ultrassonografia ( ) Radiografias		RAIO X do joelho	
SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO: Especialista: / às : hs Dia / / Especialista: / às : hs Dia / /			
MÉDICO SOLICITANTE:			
PROCEDIMENTOS REALIZADOS:		HORÁRIO REALIZADO	
1. Exame de urgência			
2. Exame de urgência			
3. Exame de urgência			
4. Exame de urgência			
5. Exame de urgência			
6. Exame de urgência			



## Ficha de Acolhimento

Nome:	Séverino Pereira da Silva		
End:	Sítio 58 - Pefar		Bairro:
Data de Nascimento:	25-11-75	Documento de Identificação:	Areia
Queixa:	Acid.	Data do Atend.:	04-12-16
		Hora:	20:58
Acidente de trabalho?	( ) Sim	( ) Não	

## Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fácies de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

MOD. 110

## Estratificação

- ( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional





MINISTÉRIO DA SAÚDE  
ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA  
HOSPITAL MUNICIPAL DR. HERCÍLIO RODRIGUES  
RUA MÔNS. WALFREDO LEAL - BAIRRO JUSSARA  
CNPJ: 11.268.285/0001-62 - CNES: 6499198  
CEP: 58.397-000 - FONE: 3362-2297



FICHA DE ENCAMINHAMENTO

19:00/12  
NOME: Serequino Ferreira dos Santos  
DOCUMENTO Nº: \_\_\_\_\_ IDADE: 41 Anos  
DATA DE NASCIMENTO: 25 / 11 / 1978 SEXO: M  
ENDEREÇO: Vila São Marcos  
CIDADE: Areia - PB CEP: \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_  
H.D.A. Paciente com Ferimento Extenso  
no Galho Direito com fratura  
osso causado por Acidente de  
Moto (sic) e resumo de Alcool  
de Planto moto

EXAMES REALIZADOS: \_\_\_\_\_

CONDUTA: \_\_\_\_\_

DATA: 04.12.2014

Dr. Luis Gomes de Oliveira  
MÉDICO - CRM 2559  
CPF 139.209.104-78

MÉDICO ASSISTENTE / CRM



Processo número - 0800983-60.2017.8.15.0071

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SEVERINO PEREIRA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

## DESPACHO

Vistos, etc.

I - Concedo ao(à) promovente os benefícios da AJG.

II - Remetam-se os autos ao **CEJUSC** desta Comarca, para viabilização de Audiência de Conciliação.

III - **Cite-se** e **intime-se** a parte ré, advertindo que:

1. o prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, caso não haja acordo.
2. a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

**Intime-se** a parte autora, por intermédio de advogado, *salvo* se for representada pela Defensoria Pública.

**Cientifiquem** as partes de que:

1. o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir).
2. a ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.
3. as partes devem estar acompanhadas de seus advogados.
4. a audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.
5. Na hipótese de opção do(a) promovido(a) pela não realização de audiência de conciliação, o prazo de contestação passa a ser contado a partir do protocolo do respectivo pedido de cancelamento da audiência.

Ciência à Defensoria Pública, se for o caso.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



Audiência de Conciliação designada para o dia 03/12/2019 as 10:45h, no CEJUSC da Comarca de Areia-PB.





Poder Judiciário da Paraíba

VARA ÚNICA

Comarca de Areia

---

Processo nº 0800983-60.2017.8.15.0071

**DESTINATÁRIO(A):** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tipo: Conciliação Sala: Mediação Data: 03/12/2019 Hora: 10:45

---

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: VARA ÚNICA DA COMARCA DE AREIA - CEJUSC

RUA: PREFEITO PEDRO CUNHA LIMA

BAIRRO: JUSSARA

CIDADE: AREIA-PB

CEP: 58397-000

---



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800983-60.2017.8.15.0071

AUTOR: SEVERINO PEREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Areia-PB, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: Mediação Data: 03/12/2019 Hora: 10:45** ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará **REVELIA**, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, em **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 355 do Código de Processo Civil, podendo na oportunidade apresentar resposta, oral ou escrita, e produzir provas documentais ou testemunhais, nos termos ao art. 455 do Código de Processo Civil.

Areia-PB, 21 de outubro de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	17062913012557900000008313035
Petição Inicial - Severino	Outros Documentos	17062913002733500000008313049
Procuração	Procuração	17062913004497700000008313055
Doc. Pessoais e Comp. de Residência	Outros Documentos	17062913005414000000008313059
BO, DUT e Negativa Administrativa	Outros Documentos	17062913010443600000008313062
Doc. Médica	Outros Documentos	17062913011382400000008313066

